

INTERNATIONAL REVIEW OF EDUCATION. Netherlands: Kiawer Academic Netherlands: Kiawer Academic Publishers, v.39, n.6, 1993.

Educação, **democracia e desenvolvimento**

Em julho de 1992 o **VIII** Congresso Mundial de Sociedades de Educação Comparada se reuniu na cidade de Praga, que naquela época era a capital do país denominado Tchecoslováquia. Por um período de uma semana, mais de 600 acadêmicos representando cerca de 60 países diferentes estiveram unidos em torno do tema do Congresso: Educação, Democracia e Desenvolvimento. O momento e lugar do evento foram extremamente apropriados. A Europa Central se encontrava em meio a um programa de reestruturação maciça, resultado da recente desintegração do comunismo. O Muro de Berlim tinha caído, o gigante União Soviética não existia mais, e governos que tinham sido dominados por um partido e ideologia única por quase 50 anos estavam, nesta época, em estado de mudança que, em alguns casos, se aproximava do caos. Palavras tais como *democracia*, *eleições*, *mercado* e *privatização* estavam na onda, mas existia grande confusão sobre o significado real desses conceitos e sobre como seriam eles na prática. Localizado no bojo desse árduo processo de reestruturação se encontrava a questão da educação. Era amplamente sabido que a educação tinha sido crucial na criação da velha ordem e que seu papel seria igualmente vital na construção da nova. Para alterar a sociedade, era claro para todos que a educação teria que se tornar tanto objeto como agente de transformação. Esses assuntos de transformação social e educacional, no entanto, não se aplicavam apenas a Praga, 1992. Eles têm sido dominantes

em todas as partes do mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, como Praga foi um local apropriado para a reunião do Congresso Mundial, também o era que fosse assistido por especialistas de todas as partes do globo. As sessões plenárias do evento refletiram esta perspectiva mundial. Nove palestras foram apresentadas, ministradas por líderes acadêmicos representando cinco continentes diferentes. Essas palestras são agora publicadas numa edição especial do *International Review of Education* (revista da UNESCO), coletadas e apresentadas por Raymond Ryba, secretário-geral do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada. E esse volume e os nove artigos nele contidos que constituem o foco da presente resenha.

Os três primeiros artigos do volume focalizam os recentes acontecimentos no campo da educação na Europa Central. O primeiro deles, escrito por Wolfgang Mitter (1993), da Alemanha, tem início com uma revisão do pensamento de John Dewey a respeito das relações entre democracia e educação. Utilizando exemplos da história da Boêmia, Tchecoslováquia e também da atualidade, demonstra a dominação de uma perversão anti-humanística do modelo deweyano. O autor dá uma atenção especial ao conceito de *autonomia*, o que ele define como sendo a oportunidade para diretores, professores, estudantes e pais fazerem suas próprias decisões escolares. Ele nota que com o colapso do Estado comunista, a idéia de autonomia tem recebido muito apoio, mas que as várias experiências de níveis micro e macro não têm sido bem-sucedidas, em grande parte porque falta paciência por parte daqueles envolvidos. Mitter distingue entre autonomia *autogerada* e autonomia *decretada* e vê como alternativa a autonomia promovida, onde os centros de poder não exigem autonomia, mas criam as condições necessárias para seu desenvolvimento. Embora esta

última forma de autonomia seja aquela com mais potencial, seu impacto é condicionado pelo grau em que desenvolvimento e democracia estão ligados a valores fundamentais, tais como direitos humanos e dignidade humana. Segundo Mitter, é através da educação que tais ligações seriam articuladas no futuro.

Muitos dos argumentos apresentados por Mitter são reiterados no segundo artigo, escrito por Jirí Kotásek (1993) da Tchecoslováquia. Este indica que a Tchecoslováquia e os outros países da Europa Central hoje, com o colapso dos regimes comunistas, representam um grande laboratório para reformas sociais e educacionais. Não é somente a autonomia que hoje recebe atenção, mas também as noções de centralidade e da auto-realização da criança. Tendências atuais nesta região do mundo são contra a conformidade, a unidade, o igualitarismo forçado e o currículo determinado por órgãos centrais. A educação está sendo vista mais como androcêntrica em vez de sociocêntrica, enfatizando as idéias de descentralização, pluralidade, democracia, humanismo, individualização e a noção de que a responsabilidade educacional deve ficar mais com os pais do que com o Estado. Estas tendências estão sendo ameaçadas, no entanto, por forças e correntes antagônicas. O autor nota que a euforia de dois anos antes já se transformou em ceticismo promovido pela estagnação econômica, inflação, pobreza, fome, conflito étnico e repressão política. As escolas estão sofrendo por causa de políticas neoliberais de austeridade, e professores estão sendo desmoralizados pelas acusações de que foram eles os sustentadores e apoiadores dos regimes desacreditados. Para complicar a situação ainda mais, enquanto muitos são a favor de sistemas de educação massificados, outros gostariam de restaurar a velha estrutura que existia antes da Segunda Guerra Mundial, em que a ênfase estava na qualidade acadêmica através de uma seleção rigorosa, bem cedo na vida da criança.

O terceiro artigo é escrito por Gábor Halász (1993), da Hungria, e fornece um retrato detalhado das reformas educacionais iniciadas naquele país a partir de 1985. Como resultado das reformas, o monopólio educacional do Estado foi abandonado e a autonomia administrativa e curricular no nível da escola é, agora, enfatizada. O autor nota, no entanto, que as medidas de descentralização que foram adotadas têm um caráter negativo, no sentido de que seu intento era abolir estruturas existentes em vez de criar estruturas novas. Como consequência, as políticas não têm sido bem elaboradas, e as condições psicológicas necessárias não têm sido promovidas. A situação tem sido agravada pela ausência de um sistema legal bem definido, pela fraqueza da sociedade civil e pelo baixo nível de profissionalização no âmbito do magistério. O medo do provincialismo, o fato de que os professores não têm a confiança da população (por causa de sua lealdade ao regime anterior), a falta de recursos locais e o grave desnivelamento entre escolas e regiões também prejudicam a descentralização. O autor conclui seu artigo arguindo em prol da criação de uma nova ordem em que a autonomia é sustentada por um conjunto de regras claramente definido e por atores bem preparados (através da educação) para assumir responsabilidades locais.

O artigo seguinte muda o foco da Europa Central para a Europa Ocidental. Escrito por Torsten Husén (1993), um famoso educador sueco, relata resultados de um estudo de problemas confrontando os sistemas escolares modernos. O autor nota que na Europa Ocidental há hoje em dia uma forma de globalização socioeconômica, cujas tendências de burocratização, de diminuição da função educativa da família, da ampliação das oportunidades educacionais e do tempo que a criança passa na escola são bastante iguais de um país para outro. Entre as preocupações principais nessa

região estão a necessidade de promover maior integração cultural, de buscar alternativas para a família tradicional e de fornecer à população competências que são economicamente produtivas. Assim, o estudo definiu como prioridades no âmbito da educação escolar a promoção da cidadania européia, o ensino de línguas estrangeiras, a preparação para um mundo de trabalho dominado por rápidas mudanças estruturais e tecnológicas e a expansão do ensino científico e tecnológico. A educação de imigrantes e o desenvolvimento de sistemas de avaliação para melhor monitorar a qualidade educacional são também importantes. Ao fechar seu artigo, Husén indica que a Europa Ocidental pode ser classificada como tendo uma nova ecologia de educação, uma vez que hoje em dia se encontra uma grande proporção da população engajada numa vida educativa/escolar.

Infelizmente, esta tendência em prol da universalização do ensino que se encontra nos países industrializados não predomina na África ou na América Latina. O artigo de Paul N'Da (1993), da Costa do Marfim, revela que no seu país os efeitos combinados de pobreza, dívida externa e instituições políticas relativamente imaturas complicam muito o desenvolvimento de procedimentos democráticos ou de oportunidades educacionais. O autor indica, no entanto, que há algum progresso a esse respeito, especialmente por causa da participação ativa de professores e estudantes em movimentos a favor da descentralização do poder e da constituição legal do Estado. Nesse sentido, é interessante comparar esta perspectiva da África com aquelas oferecidas neste mesmo volume sobre a Europa Central, onde o professor é visto não como defensor da democracia plural, mas sim como sustentador de regimes centralizados e autoritários. Fica evidente que, em contextos diferentes de tempo e espaço, os professores, enquanto classe corpora-

tiva, podem assumir posturas distintas, dependendo de suas definições individuais e coletivas dos interesses pessoais, grupais e sociais.

Embora a situação educacional seja melhor na América Latina do que na África, está ainda longe de ser satisfatória. O artigo escrito por Cândido Gomes (1993), do Brasil, indica que nos últimos anos a crise da dívida externa tem resultado em cortes nos gastos educacionais, enquanto o número de estudantes e professores tem aumentado. Os programas de ajustamento econômico e o surgimento de democracias populistas e corporativas não têm ajudado a situação. O resultado destas tendências tem sido soluções imediatistas que procuram satisfazer demandas populares a curto prazo sem implementar mudanças profundas. O autor argumenta que os problemas sociais na América Latina não são apenas uma questão administrativa e financeira, mas sim (e principalmente) uma falta de vontade política sustentada por apoio popular. Por isso, o autor se coloca a favor de uma grande reforma nas instituições do Estado junto com uma mudança no modelo econômico predominante e o reconhecimento da interdependência global. Nesta estratégia, o papel da educação é primordial, embora a sociedade da qual faz parte a educação seja também uma vítima de problemas que são essencialmente de natureza política. Segundo Gomes, os governos na região têm sistematicamente evitado reformas em áreas sensíveis tais como currículo, avaliação, formação de professores e dificuldades de produtividade e equidade para focalizar aquilo que mais rapidamente gera votos: a mera expansão quantitativa do sistema escolar.

No início de seu artigo, Gomes escreve sobre herança cultural da América Latina, uma herança na qual a educação era um ornamento restrito a um grupo pequeno da elite. O artigo produ-

zido por Mark Bray e W. O. Lee (1993) oferece uma outra perspectiva sobre herança colonial. Ele focaliza Hongcong, uma colônia inglesa que deve perder seu *status* colonial em 1997, quando se tornará uma região administrativa da China. Os autores notam que por muitos anos o governo inglês de Hongcong promoveu uma despolitização, enfatizando nas suas escolas o valor do desenvolvimento econômico e da harmonia social, enquanto minimizava a importância da participação civil ativa. Mas agora, com a aproximação da transferência para a China, o governo colonial está valorizando a democracia e a conscientização política. Assim, a educação cívica está sendo focalizada nas escolas e a imagem do professor como líder político está sendo promovida. Esta educação cívica, no entanto, não chega a fornecer uma verdadeira preparação para o exercício da cidadania, uma vez que se concentra em questões administrativas e não considera assuntos tais como a distribuição do poder, a luta de classe e a transformação social. Além disso, tentativas de ensinar democracia têm sido subvertidas pela necessidade de preparar os estudantes para a reintegração à China, um país que não é democrático no sentido ocidental da palavra. Por tudo isso, os autores concluem que as demandas coletivas em prol da democracia em Hongcong dificilmente vão tornar-se expressivas no futuro próximo.

A ênfase em países e/ou regiões mundiais que caracteriza os sete artigos até agora resenhados não se aplica às duas contribuições restantes. A primeira dessas, de Roberta Bramwell e Kathleen Foreman (1993), adota um enfoque micro, focalizando as lições pedagógicas derivadas de estudos de caso de processos educativos promovidos por grupos indígenas do Canadá e das Filipinas. Esses grupos utilizam-se de dramatizações para ensinar de forma democrática, em que a aprendizagem é avaliada conforme os valores da comunidade, e a palavra, o número, a imagem, o som e o gesto

são empregados de maneira holística para adquirir conhecimento e demonstrar seu significado. Ao fechar seu artigo, as autoras apresentam um modelo educacional que se baseia na idéia de que a democracia é uma luta do cotidiano e que tal modelo aproveita não só as experiências dos grupos indígenas mas também a obra do filósofo Tcheco Comenius. O modelo enfatiza totalidade em vez de individualismo e reconhece que culturas diferentes possuem formas diferentes de saber, que o conhecimento de qualquer cultura é apenas parcial e que todo mundo tem algo a aprender de uma outra cultura. Assim, o currículo escolar deve celebrar e reforçar o saber pessoal e cultural e identificar, negociar e valorizar as contribuições de culturas diferentes. Cada estudante deve tornar-se consciente do que sabe, do que sua cultura conhece e quanto pode aprender de outras pessoas e culturas.

O último artigo do volume, escrito por Steve Heyneman (1993), do Banco Mundial, também trata da aprendizagem, mas nesse trabalho o foco está na aprendizagem adquirida através de pesquisa. O autor argúi que nós temos uma crise não só da qualidade da educação, mas também nos campos da pesquisa e da estatística educacional. Os dados disponíveis estão ficando cada vez menos confiáveis, e a culpa para essa tendência desfavorável se estabelece, em grande parte, entre educadores profissionais que disputam tanto sobre paradigmas teóricos que esquecem as responsabilidades e os objetivos profissionais que têm em comum. Segundo Heyneman, se os educadores trabalhassem mais em conjunto e brigassem menos, a qualidade da pesquisa educacional seria bem melhor.

A luz do argumento de Heyneman, vale a pena registrar que esta edição do *International Review of Education* dá uma contribuição importante para a pesquisa educacional, uma vez que os nove artigos fornecem informações detalhadas e interpretações pene-

trantes sobre acontecimentos em várias partes do mundo e sobre a relação complexa entre educação, democracia e desenvolvimento. Embora todos focalizem o mesmo tema, cada um é delimitado por especificidades regionais. Juntos, eles mostram que muitos problemas e preocupações no campo da educação são globais, ao passo que ênfases, interpretações e aplicações variam muito. Todos os artigos expressam otimismo e também pessimismo. Os autores vêem novas possibilidades para mudança, mas também reconhecem a presença de forças poderosas em favor do *status quo*. Todos consideram a educação como sendo fundamental para avanços na democracia e no desenvolvimento, mas estão cientes do fato de que os três elementos estão tão inter-relacionados que é impossível identificar um como determinante dos outros. Enquanto a reforma educacional é necessária para a promoção da democracia e do desenvolvimento, democracia e desenvolvimento são pré-requisitos para qualquer progresso significativo na educação. Neste sentido, fica evidente que não são apenas os problemas que são globais, as soluções o são também, à medida que em todas as regiões do mundo as soluções exigem ações holísticas, integradas, que abordam de maneira simultânea e articulada dimensões que não são apenas educacionais, mas também políticas, econômicas e culturais.

Referências bibliográficas

BRAMWELL, Roberta, FOREMAN, Kathleen. Questioning power Structures and competitiveness in didactic pedagogy. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.561-576, 1993.

BRAY, Mark, LEE, W.O. Education, democracy and colonial transition: the case of Hong Kong. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.541-560, 1993.

GOMES, Cândido. Education, democracy and development in Latin America. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.531-540, 1993.

HALASZ, Gábor. The policy of school autonomy and the reform of educational administration: Hungarian changes in an East European perspective. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.489-497, 1993.

HEYNEMAN, Stephen. Educational quality and the crises of educational research. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.511-518, 1993.

HUSEN, Torsten. Schooling in modern Europe: exploring major issues and their ramifications. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.499-509, 1993.

KOTÁSEK, Jirí. Visions of educational development in the post socialist era. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.473-487, 1993.

MITTER, Wolfgang. Education, democracy and development in a period of revolutionary change. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.463-471, 1993.

N'DA, Paul. Luttés enseignantes, luttés étudiants et processus de démocratie en Afrique Noire. *International Review of Education*, v.39, n.6, p.519-530, 1993.

Robert E. Verhine Universidade
Federal da Bahia